

Incêndios: PE solidário com Portugal

O Parlamento Europeu considerou **insuficiente** a ajuda de emergência que tinha sido proposta pela Comissão Europeia.

O próprio Comissário **Michel Barnier**, em visita a Portugal, tinha reconhecido que ela estava “*aquém das expectativas*”. De 31 milhões de Euros, viria a ser fixada em cerca de 50 milhões numa reunião onde interveio o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, **Carlos Costa Neves**. [desenvolvimento na pág.7](#)



Um Bravo

Não nego a condição de amigo mas, sem ceder à emoção, tenho de assinalar que **a partida de Arlindo Cunha** deixa-nos uma sensação de vazio.

Durante anos, na Agricultura e nas Pescas, **a voz do português era a voz autorizada**. Todos recordavam a sua Presidência do Conselho, enquanto ministro de Cavaco Silva, quando se realizou a última grande reforma da PAC.

Todos apreciam a forma competente e combativa, o espírito generoso e solidário, o rigor técnico, a capacidade de se relacionar e gerar cumplicidades e alianças.

Arlindo Cunha lutou por Portugal e pela Europa e foi um dos melhores Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu e deixa uma vasta obra, da reforma da PAC à defesa dos produtos com denominação de origem, das negociações da OMC e dos ACP's aos acordos de pesca.

Bem sei que estas breves linhas não são, graças a Deus, um epitáfio. Arlindo Cunha sai porque o País reclama o seu serviço como **Presidente da CCDR do Norte**.

BRAVO, pois ! **Bravo a Arlindo Cunha** pelo que fez. E **bravo à Região Norte** pelo Homem que escolheu.

Carlos Coelho

Comércio de Emissões

Parlamento Europeu aprova o relatório **Moreira da Silva**

[desenvolvimento na pág. 3](#)

Direitos do Homem

Carlos Coelho repudia Relatório proposto e pronuncia-se contra a duplicação de penas

[desenvolvimento na pág. 5](#)

Política de Coesão

Sérgio Marques e **Joaquim Piscarreta** defendem manutenção e reforço das Políticas europeias de Coesão

[desenvolvimento na pág. 6](#)



Regina Bastos sobre Sistemas de Segurança Social:

Necessária melhor coordenação

Regina Bastos defendeu no Parlamento Europeu "a **necessidade urgente da reforma do regulamento 1408/71**, que tem mais de três décadas e foi criado para coordenar as legislações dos Estados-membros em matéria de **Segurança Social**"



Regina Bastos salientou que "o **objectivo fundamental** deste regulamento é garantir que **os trabalhadores** que circulem no espaço da União Europeia **não sejam prejudicados** nos seus direitos ao nível da **segurança social**."

Ao longo dos anos, este Regulamento foi sofrendo várias alterações que o tornaram muito complexo e os sistemas de segurança social dos Estados-Membros evoluíram, como é o caso de Portugal".

Regina Bastos considerou que a proposta agora

apresentada pela Comissão Europeia, "**baliza muito claramente o objectivo a atingir: coordenar os sistemas de segurança social**, tendo em conta a perspectiva do **alargamento**. Trata-se de coordenação e não de harmonização. O que se pretende é que o Regulamento seja modernizado e simplificado.

Neste contexto, Regina Bastos considerou que se deu um passo importante em vários domínios nomeadamente no que diz respeito ao direito dos **desempregados**, dos reformados, dos trabalhadores fronteiriços e

das suas famílias aplicando-se este regulamento a todas as pessoas residentes no território de um Estado-Membro do mesmo modo que aos seus nacionais".

Regina Bastos salientou ainda que a Comissão também tenha alargado "a lista dos tipos de segurança social abrangidos pela coordenação e preveja medidas para **resolver o problema da dupla tributação**".

Regina Bastos pronunciou-se contra algumas propostas enunciadas pela Relatora do Parlamento

Europeu que "**levantam dificuldades**. Dificuldades essas que levaram ao voto desfavorável do PPE, na Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais".

Regina Bastos referiu concretamente "a que diz respeito à definição do conceito '**Família**', defendendo que cada Estado-Membro reconhece um determinado conceito de família de acordo com o seu ordenamento jurídico interno e que não é legítimo impor aos Estados-Membros um modelo familiar qualquer que ele seja".

Avaliação da Presidência grega na área da Justiça e Assuntos internos

Carlos Coelho aplaude progressos



Carlos Coelho "cumprimentou a Presidência Grega pelos **progressos registados na área da Justiça e Assuntos Internos**, e pelos resultados obtidos no Conselho Europeu de Salónica.

Aplaudo, acrescentou, a

decisão tomada no sentido de **acelerar o desenvolvimento do programa** que foi aprovado em **Tampere**, especialmente no que diz respeito à elaboração de uma política europeia comum em matéria de imigração (imigração clandestina, retorno ao país de origem e cooperação com países terceiros)".

Carlos Coelho salientou "os progressos obtidos ao nível do reforço da gestão das **fronteiras exteriores**, do **desenvolvimento do SIS II**, bem como do Sistema de Informação

sobre os visas (VIS); bem como a adopção (após 3 anos de negociações) da Directiva sobre reunificação familiar e da Directiva sobre os residentes de longa duração".

O Deputado social democrata considerou "igualmente importante que se tenha chegado a acordo sobre a posição da União no **Acordo com os EUA sobre extradição e cooperação judiciária penal**".

Carlos Coelho aplaudiu, também, a **decisão do Conselho Europeu sobre**

os resultados da Convenção e disse esperar que, "servindo de base para os trabalhos da próxima Conferência intergovernamental, se proceda finalmente à abolição dos três pilares (como tem vindo a ser pedido pelo Parlamento Europeu, desde há bastante tempo, o que tornará mais fácil e transparente a construção do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça), e que seja, finalmente, atribuído ao Parlamento Europeu poder de co-decisão na área do asilo-imigração".

Aprovado Relatório Moreira da Silva

O Parlamento Europeu deu luz verde à **Directiva sobre Comércio de Emissões** ao aprovar, por larga maioria, o Relatório Jorge Moreira da Silva.

O debate sobre esta Directiva, que durou mais de dois anos, foi envolto em grande polémica pela contestação aberta à Directiva da parte dos Deputados e dos Governos alemão, inglês, italiano e espanhol. A circunstância de o acordo político proposto por Moreira da Silva ter sido aprovado por unanimidade no Conselho e por uma larga maioria no Parlamento foi considerada surpreendente e permitiu-lhe receber, durante o debate, **rasgados elogios** da parte da Comissária Wallström e de todos os grupos políticos.



Um novo paradigma - A economia do carbono

Jorge Moreira da Silva considerou que "com a aprovação da versão final

da **Directiva do Comércio de Emissões nasce um novo paradigma económico e ambiental na UE - a Economia do Carbono. A tonelada de carbono terá uma cotação no mercado e quem for capaz de produzir o mesmo com menos emissões de dióxido de carbono vencerá.**

O Sistema Europeu de Comércio de Emissões arrancará em 2005 e englobará mais de **10.000 empresas europeias do sector da energia e da indústria correspondentes a mais de 46% de todas as emissões europeias de dióxido de carbono**".

Moreira da Silva sublinhou que "este sistema vai, pela primeira vez na União Europeia, utilizar um mecanismo de mercado para re-

solver um grave problema ambiental (as Alterações Climáticas) e permitirá, por um lado, corrigir, já a partir de 2005, a situação de autêntica derrapagem dos compromissos de Quioto na maioria dos Estados-Membros e, por outro, reduzir fortemente os custos de implementação dos com-

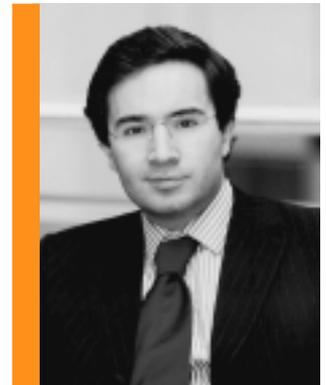
promissos assumidos pela União Europeia em Quioto. Estima-se que esta redução dos custos seja da ordem dos 35%, correspondendo a **uma economia de mais de 1.300 milhões de euros, por ano, até 2010, na UE**".

O compromisso com o Conselho

"O acordo político sobre a Directiva do Comércio de Emissões integra as principais emendas propostas, desde o início, pelo Parlamento Europeu e que vinham sendo rejeitadas pelos Governos e pela Comissão Europeia. Com a inclusão dessas emendas o mercado europeu de emissões tornou-se:

- do **ponto de vista ambiental** mais ambicioso - mais sectores e mais gases cobertos, metas quantificadas de redução, aplicação do princípio do poluidor pagador por via do leilão e limitação do uso de créditos resultantes de projectos realizados fora da UE no sistema;
- do **ponto de vista económico** mais eficiente - com a forte limitação do opt-out de instalações, será maior a liquidez do mercado e menor o preço da tonelada de carbono;
- com **menores riscos** de distorção da **concorrência**.

Este acordo credibiliza a liderança política da EU no momento em que procuramos convencer a Rússia a ratificar o Protocolo de Quioto para que este possa entrar em vigor. No fundo,



a EU está a ser consistente com o seu discurso político".

Moreira da Silva destacou "as principais vitórias alcançadas pelo Parlamento Europeu na versão final da Directiva:

- Definição de um tecto nacional dos direitos de emissão convergente com os objectivos de Quioto;
- A cláusula de exclusão temporária será aplicada a instalações mas não a sectores;
- Alargamento do sistema a outros sectores;
- Inclusão do leilão no método de atribuição dos direitos de emissão;
- A interligação dos créditos resultantes de projectos CDM e JI será possível;
- Introdução de uma cláusula de opt-in;
- Alargamento, ainda que a título voluntário, do sistema a outros gases com efeito estufa, para além do dióxido de carbono.

Esta Directiva não dispensa medidas urgentes nos transportes onde se prevê que as emissões venham a aumentar 112% nos próximos 10 anos em Portugal".

Orçamento UE/2004:

Joaquim Piscarreta quer mais verbas para pescas

Joaquim Piscarreta considerou que "o procedimento de concertação sobre o Orçamento da União para 2004 permite ao Parlamento Europeu avaliar as necessidades orçamentais, estabelecendo, entre outros, um acordo sobre o nível de despesas para a agricultura e as pescas".

Com o alargamento em plano de fundo, este Orçamento promove maior coesão económica, social e territorial, demonstrando em contrapartida um **aumento muito limitado das dotações**".

Joaquim Piscarreta comentou algumas previsões financeiras relativas à agricultura e às pescas, congra-



os esforços orçamentais dedicados à protecção sanitária, aos consumidores, à segurança alimentar, sem esquecer os critérios ambientais para uma agricultura de qualidade".

O Deputado manifestou ainda o seu "apoio sem



tulando-se "com o aumento sensível das verbas, sobretudo na vertente do desenvolvimento rural, apesar desse aumento ser principalmente dirigido aos futuros membros.

Positivos, também são

reserva à criação de uma linha orçamental especial de regimes de seguro para os **agricultores em caso de emergência e de calamidades**, em caso da febre aftosa, peste suína e outras doenças.

O PSD Disse

Moreira da Silva: "Números trágicos de subdesenvolvimento"

O Parlamento Europeu votou um relatório sobre a saúde e a luta contra a pobreza nos Países em Vias de Desenvolvimento.

Para Jorge Moreira da Silva "os números que constam deste relatório são tragicamente eloquentes da situação da saúde nos países em vias de desenvolvimento:

- **28.000 crianças**, com menos de 5 anos, **morrem diariamente** de doenças facilmente evitáveis por medicamentos de utilização corrente.
- As **doenças diarreicas** matam mais de 1,5 milhões de crianças por ano.
- **1 em cada 13 mulheres** africanas morre durante a gravidez ou o parto.

- **1.100 milhões** de pessoas não têm acesso a **água potável** e **2.400 milhões** ao saneamento básico.

- **3 milhões morrem** todos os anos com doenças transmitidas pela água (febre tifóide, disenteria, cólera, hepatite, malária, tracoma, fluoro-se e encefalite japonesa).

- A **tuberculose mata** anualmente 2 milhões de pessoas.

- A **malária** faz 1 milhão de vítimas e 300 milhões sofrem de afecções graves ligadas a esta doença.

- Na África Subsariana, **um em cada cinco adultos sofre de SIDA**, representando 70% de todos os infectados no mundo.



PE debate Direitos do Homem na UE

Carlos Coelho diz que Relatório é inaceitável

Para Carlos Coelho "o Relatório anual do Parlamento Europeu sobre a situação dos Direitos Fundamentais na UE é um instrumento importante para o conhecimento da situação em matéria de respeito e protecção dos Direitos Fundamentais, ao nível europeu e de cada um dos Estados Membros.

Necessitamos, disse, de uma avaliação rigorosa e eficiente da qualidade dessa protecção que permita uma visão clara da situação existente em matéria de Direitos fundamentais, que permita a tomada de decisões nesta área".

Carlos Coelho lamenta "que o Relatório que é apresentado este ano não reúna estas condições. O primeiro projecto de relatório poderia ter alcançado um consenso alargado mas **esta versão final é totalmente inaceitável**".

Carlos Coelho defende que "o Relator decidiu elaborar uma 'shopping list' onde vai censurando diversos Estados Membros da União ao mesmo tempo que faz propostas irrealistas e irrelevantes".

Para o Deputado social democrata, "são **totalmente inaceitáveis as seguintes propostas**: estender o



Direito de asilo a vítimas de perseguição não governamental; dar acesso à educação às crianças que se encontrem, ilegalmente, no respectivo território; legislar ao nível europeu sobre os casamentos homossexuais e estender o direito de voto em eleições locais e europeias aos nacionais de países terceiros".



Carlos Coelho contra duplicação de penas

O Parlamento Europeu aprovou uma decisão-quadro em que adopta um **princípio geral do processo penal**, que contribui para o reforço dos direitos e liberdades dos cidadãos, nomeadamente, ao nível das garantias processuais - reconhecido quer ao nível internacional, quer ao nível dos vários ordenamentos jurídicos dos Estados Membros - e que pretende garantir o Direito de **não se poder ser julgado ou demandado duas vezes** pela mesma infracção.

Carlos Coelho considera que este princípio (o princípio *ne bis in idem*) é sem dúvida "uma das prioridades imediatas para que haja um reconhecimento mútuo das decisões e um reforço da segurança jurídica na União, com o objectivo de dar cumprimento à vontade política expressa, quer em Tampere, quer em Laeken, de tornar efectivo o princípio do reconhecimento mútuo das decisões em matéria penal (...que deveria converter-se na pedra angular da cooperação judicial, tanto em matéria civil

como penal na União)".

Carlos Coelho explica que "o objectivo desta decisão-quadro é proporcionar aos Estados Membros regras jurídicas comuns, referentes a este princípio, de modo a assegurar a uniformidade na interpretação das regras e na sua aplicação prática. Este princípio deverá ter, assim, uma aplicação transversal nos Estados Membros, de modo a evitar que os cidadãos possam ser vítimas de uma dupla penalização".

BREVES

Direitos dos Deficientes:

"Regina Bastos defende Convenção"

Regina Bastos defendeu "a **adopção de uma futura Convenção** das Nações Unidas sobre os direitos das **pessoas com deficiência**. Esta Convenção poderia evidenciar os problemas graves que as pessoas com deficiência enfrentam no seu quotidiano".

Regina Bastos defendeu ainda que "**as organizações** representativas das pessoas com deficiência **deverão participar** plenamente na redacção desta convenção assim como na definição e avaliação de todas as medidas que lhes são destinadas".

Regina Bastos recordou que "na União Europeia, **40 milhões de cidadãos são afectados** por diferentes tipos de deficiência e que a plena participação destes cidadãos na sociedade não é ainda uma realidade. Continuam a ser **vítimas de preconceitos** e privados de direitos fundamentais : no acesso à educação, à actividade remunerada, à informação e comunicação, a que acrescem as dificuldades de acesso a edifícios e a meios de transporte. São lacunas que devem ser colmatadas".

Sérgio Marques denuncia paradoxos na Política de Coesão

Sérgio Marques denunciou, no Parlamento Europeu, “o paradoxo com que está confrontada a **Política de Coesão Económica e Social**”.



Na verdade, sublinhou o Deputado social democrata, “se por um lado, o desafio do alargamento é o maior de sempre para esta política comunitária, por outro é facilmente constatável uma vontade política anémica e mesmo reticente relativamente à imperiosa necessidade de revitalizar este pilar fundamental da construção europeia, de modo a dotá-lo das condições necessárias para responder aos imensos desafios do alargamento. **Em lugar de revitalizar, fala-se por vezes em renacionalizar. Em lugar de mais recursos e de mais solidariedade, denotam-se os egoísmos nacionais**”.

Apesar deste ambiente, Sérgio Marques afirmou “não ter perdido a esperança em respostas políticas visionárias e solidárias como as que foram dadas por ocasião dos grandes desafios europeus que representaram a realização do mercado interno e da UEM. Duplicaram-se, então, os recursos afectos à política de coesão económica e social. Agora por

ocasião do alargamento, faz falta esta ambição à altura dos enormes desequilíbrios regionais dele decorrentes. Até porque a futura política de solidariedade terá de atender **TAMBÉM** ao défice de coesão ainda existente na actual UE a 15 países, que corre mesmo o risco de agravar-se em resultado das dinâmicas induzidas pelo alargamento e por uma provável distribuição **NÃO** igualitária dos seus benefícios. Fará todo o sentido que **quem mais vá ganhar com o alargamento também mais contribua** para o financiamento da solidariedade europeia”.



Sérgio Marques afirmou “acreditar na continuidade dum Política de Coesão dotada dos meios suficientes que lhe permita a produção de impactos positivos no pós-alargamento, no mínimo idênticos aos que até agora produziu, em regiões de países como a Irlanda, Portugal, Espanha ou Grécia.

Uma esperança que é também fundamentada nas posições da Comissão

Europeia e em particular do Comissário Barnier que felizmente, contra ventos e marés, não desistiu de acreditar que é possível uma efectiva política de coesão económica e social à escala europeia, dotada com um patamar mínimo de recursos financeiros, mais simplificada, descentralizada e eficaz e com um maior contributo para os objectivos da coesão por parte das outras políticas comunitárias. Uma política de coesão que tem de aperfeiçoar as suas respostas às necessidades das Regiões Insulares, das regiões de montanha, das

Regiões de baixa densidade demográfica e naturalmente das Regiões Ultraperiféricas. Mas não se confundam realidades distintas. **O isolamento e a distância é a característica que marca as Regiões Ultraperiféricas e que não encontramos em nenhuma outra região.**

E a estas realidades distintas têm de corresponder tratamentos diferenciados por parte da União Europeia”.

BREVES

Política de Coesão:

Joaquim Pisscarreta contra cortes

Joaquim Pisscarreta afirmou no âmbito do debate sobre a **Coesão Económica e Social**, que “para um Estado Membro como Portugal, a Política Regional e a Política de Coesão desempenharam e continuam ainda a desempenhar um papel fundamental para o seu desenvolvimento e a sua plena integração na UE”.

Joaquim Pisscarreta alertou para as **diferenças nos níveis de desenvolvimento entre as regiões europeias** que se vão acentuar ainda mais com o alargamento, pelo que a UE deverá continuar, de forma sustentada, o seu apoio aos actuais Estados Membros e desenvolver, de forma equilibrada, as regiões dos futuros Estados Membros”.

Face a este duplo desafio, Joaquim Pisscarreta defendeu que “a UE tem a obrigação de disponibilizar os fundos adequados às novas necessidades desta situação. Por isso, o actual valor limite de 0.45% do PIB comunitário nunca poderá ser vítima de qualquer corte orçamental e, por esse motivo o Deputado **recusa a renacionalização deste instrumento de desenvolvimento**”.

Vaga de incêndios em Portugal:

PSD propõe reforço dos apoios

O PE, na sequência de uma proposta apresentada pelos Deputados do PSD, aprovou uma Resolução onde *"considera que a contribuição do Fundo de Solidariedade deveria aproximar-se do valor total da ajuda de emergência elegível para o Fundo de Solidariedade da UE"*.

O PSD, pela voz de **Carlos Coelho**, considerou a ajuda de emergência atribuída pela Comissão Europeia a Portugal, no montante 31 milhões de euros, claramente "aquém das expectativas".

Classificando esta vaga de incêndios como *"uma tragédia em termos de perda de vidas humanas e com imensas repercussões sociais, económicas e ambientais de longo prazo"*, Carlos Coelho considerou que *"esta é uma área em que mais vale prevenir do que remediar"*.

Sublinhando a necessidade da solidariedade europeia, Carlos Coelho afirmou que ela *"tem de ter tradução no montante das ajudas e na prontidão da ajuda: não é apenas necessário que a ajuda seja relevante do ponto de vista financeiro, é necessário que ela seja urgente para que a Europa se faça sentir neste momento"*.

O Deputado social democrata destacou ainda o facto de a ajuda de emergência *"já estar a ser atribuída por virtude da acção eficaz do Governo de Portugal, das autoridades locais e das organizações não governamentais que expressaram a sua solidariedade"*.

Carlos Coelho elogiou *"a dedicação dos bombeiros e das populações que, com actos de coragem, de*



generosidade e de heroísmo, provam bem que nas tragédias, em que por vezes se revela o pior que o Homem tem, há também muitas pessoas que revelam aquilo que o Homem tem de melhor".

Arlindo Cunha destacou *"os efeitos indirectos da tragédia que classificou de fundamentais, por se tratar de zonas pobres do interior do país onde a floresta era a base do emprego"*, defendendo que é necessário agora **"mobilizar instrumentos de apoio à economia, no âmbito do actual quadro comunitário de apoio, reprogramação e reafecção, e, sobretudo, no próximo quadro comunitário de apoio, no âmbito da PAC, da política de desenvolvimento regional e da política de desenvolvimento rural".**

Jorge Moreira da Silva defendeu que *"desta tragédia se tirem lições: Avançando para uma gestão sustentável das florestas, que aposte mais nas espécies autóctones (menos vulneráveis aos incêndios, melhores para a con-*

servação dos solos e mais eficazes como sumidouro de carbono) e menos nas espécies exóticas; que aposte no uso múltiplo da floresta, porque a presença humana em actividades como a caça, o turismo, a apicultura, a silvicultura, o pastoreio e a agricultura é a melhor garantia de dissuasão e de vigilância".

Jorge Moreira da Silva recordou ainda que *"os incêndios contribuem no imediato para a mudança climática uma vez que são fortemente emissores de dióxido de carbono e reduzem a nossa capacidade de sumidouro de carbono, mas são cada vez mais também uma consequência da mudança climática"*.

Regina Bastos reforçou *"o carácter dramaticamente excepcional desta tragédia e defendeu que a casos excepcionais deverá corresponder o apoio adequado"*.

Sublinhando que, *para além das consequências económicas e ambientais há danos humanos, Regina Bastos prestou homenagem às 18 vítimas mortais "*

BREVES

OGM's

Moreira da Silva defende regras claras e simples

Jorge Moreira da Silva congratulou-se com a aprovação da legislação sobre rastreabilidade e rotulagem dos organismos geneticamente modificados *"dado que torna possível o registo e acompanhamento do movimento de OGM no mercado, bem como dos alimentos para consumo humano e animal com eles produzidos"*.

Deste modo, diz Moreira da Silva, *"o consumidor fará as suas escolhas e facilita-se o processo de retirada de um produto, caso tal seja considerado necessário"*.

No entanto, Moreira da Silva considerou que *"a proposta de Directiva continha disposições que poderiam abrir caminho à falsificação, ao engano do consumidor e à distorção da concorrência. As regras devem ser claras e simples. Por isso, o Deputado apoiou as propostas de alteração no sentido de ser reforçada a detectabilidade, ser assegurada a co-existência entre culturas OGM e culturas livres de OGM e ser efectuada a rastreabilidade e consequente rotulagem apenas sobre os OGM e produtos nos quais for detectado ADN geneticamente modificado e não sobre todos os produtos"*.

Arlindo Cunha renuncia ao PE



Arlindo Cunha renunciou ao seu mandato de Deputado ao Parlamento Europeu para assumir a **Presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte**.

Nos dois mandatos que exerceu no PE, Arlindo Cunha destacou-se enquanto membro das Comissões de Agricultura e das Pescas, áreas onde foi autor de importantes relatórios.

Ainda este ano, Arlindo Cunha foi o **Relator do Parlamento Europeu para a Reforma da Política Agrícola Comum**, tendo acompanhado de perto a negociação do dossier agrícola no âmbito da **Organização Mundial do Comércio**.

Arlindo Cunha foi ainda membro da Assembleia Paritária União Europeia - Países ACP (África, Caraíbas e Pacífico), tendo neste contexto uma influência determinante nas decisões tomadas por esta Assembleia relativamente aos Países Africanos de expressão portuguesa e a **Timor-Leste**.

"Carta da Europa" deseja ao Dr. Arlindo Cunha as maiores felicidades no desempenho das suas novas funções.

Carlos Coelho lança Clube 13.Junho



Carlos Coelho é o Deputado português membro fundador do **Clube 13 de Junho**.

O Clube 13 de Junho é um movimento que reúne 25 Deputados (um Deputado de cada Estado-Membro e de cada um dos países candidatos) que defendem uma

consulta popular sobre o novo Tratado Constitucional, em simultâneo com as eleições europeias do próximo ano.

A divisa deste movimento é: **13 de Junho de 2004: um só dia, dois votos pela Europa**.

Carlos Coelho afirma que o objectivo deste Clube "é bater-se pela participação crescente dos cidadãos no processo de construção europeia, **combatendo a crescente abstenção nas eleições europeias** e convidar o Conselho de Ministros da União e os Estados-Membros a tomar as medidas que possibilitem que, nas próximas eleições europeias previstas para 10 e 13 de Junho de 2004, os cidadãos possam depositar na urna dois boletins de voto: um para a eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu e outro para manifestar a sua opinião sobre o novo Tratado Constitucional".

Os Nossos Deputados

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371
Fax: (32.2) 28.49371
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448
Fax: (32.2) 28.49448
e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luís Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa